

Escola Municipal Gustavo Capanema - Gesteira / Barra Longa



ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
DE 2016

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



*Aos Administradores e Acionistas
Fundação Renova*

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as

demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Guilherme Campos e Silva
Contador
CRC 1SP218254/O-1 “S” MG

Balanço Patrimonial

Ativo	NOTA	2016	Passivo	NOTA	2016
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	3	567.465	Fornecedores	7	47.746
Tributos a recuperar	4	853	Salário e contribuições sociais	8	608
Total do ativo circulante		568.318	Tributos a recolher	9	3.839
NÃO CIRCULANTE			Provisões diversas	11	19.989
Ativos em construção destinados para doação	5	5.022	Obrigações socioambientais e socioeconômicos	12	499.561
Imobilizado		38	Outros passivos		1
Total do ativo não circulante	6	5.060	Total do passivo circulante		571.744
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social	13	693.950
			Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	13	(693.950)
			Superávit do exercício		1.634
			Total do patrimônio líquido		1.634
TOTAL DO ATIVO		573.378	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		573.378

Demonstração do Superávit (Déficit)

	NOTA	2016
RECEITAS		
Receita operacional - aportes	14	194.389
Receitas de contribuições	14	4.928
Receitas de serviços voluntários	14	27.993
Total de receitas		227.310
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com programas	15	(194.389)
Gerais e administrativas	16	(33.826)
Outras despesas operacionais, líquidas		(40)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(945)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	17	2.585
Despesas financeiras	17	(6)
Superávit do exercício		1.634

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	NOTA	Patrimônio Social	Déficit acumulado	TOTAL
Em 24 de junho de 2016		-	-	-
Dotação das mantenedoras	13	693.950	-	693.950
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	13	(693.950)	-	(693.950)
Superávit do exercício		-	1.634	-
Saldo em 31/12/2016		-	1.634	1.634

Demonstração do Fluxo de Caixa

	NOTA	2016
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		1.634
AJUSTES PARA RECONCILIAR DÉFICIT DO EXERCÍCIO COM CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Provisão para outros passivos	11	19.989
		21.623
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
Tributos a recuperar	4	(853)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
Fornecedores	7	47.746
Salários, provisões e contribuições sociais	8	608
Impostos a recolher	9	3.839
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	12	499.561
Outros passivos	12	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		572.525
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ativos em construção destinados para doação	5	(5.022)
Aquisição de imobilizado	6	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.060)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		567.465
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	567.465
		567.465

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Renova (“Fundação” ou “Entidade”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na Avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A “Fundação” possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S/A (“Samarco”), como “Mantenedora Principal”, Vale S/A (“Vale”) e BHP Brasil Ltda. (“BHP”). (em conjunto “mantenedoras”), responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos impactados, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco,

Vale, BHP e diversos órgãos governamentais.

A “Fundação” possui as seguintes inscrições e títulos:

- Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;
- Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o no 138160 em 05 de julho de 2016;
- CNPJ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o no 25.135.507/0001-83.

A Fundação é uma entidade de assistência social e, nesta qualidade, está imune à incidência de impostos sobre o seu patrimônio, renda ou serviços nos termos do artigo 150, VI, ‘c’ da Constituição Federal e à incidência das contribuições para financiamento da seguridade social tal como determina o artigo 195, § 7º, também da Constituição Federal.

Conforme definido no TTAC, foi contratada empresa de auditoria para realizar trabalhos de asseguração referente aos projetos socioeconômicos e sociomabientais a serem executados pela Fundação. Considerando a recente constituição da Fundação, os trabalhos de asseguração referente ao exercício de 2016 encontram-se em andamento com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2017.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 08 de junho de 2017, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 18 de abril de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)” e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes a com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Fundação

efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve alterações ou novos pronunciamentos e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 que tiveram impactos relevantes para a Fundação.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Fundação

faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração da Fundação em conjunto com seus assessores jurídicos. A Fundação considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado, conforme divulgado na nota 10.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação opera, gera e consome caixa e, que é também a sua moeda de apresentação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores há três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.5 Ativos financeiros

A Fundação classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação não detém instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o Método da Taxa Efetiva de Juros.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Fundação avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros apresenta perda no valor recuperável. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável apenas se existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com segurança.

O montante de perda no valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Ativos não circulante destinados para doação

Os ativos são classificados como ativos destinados para doação, quando a Fundação está comprometida com um programa que tem um plano de aquisição, construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a doação é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

2.7 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, doação, formação ou construção. A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como

passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo ao valor da fatura ou do contrato correspondente.

2.9 Provisão para contingências

Obrigações presentes são registradas quando as perdas e desembolsos forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.10 Benefícios a empregados

Assistência médica

A Fundação concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo

empregatício com a Fundação.

2.11 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.12 Apuração do superávit (déficit)

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

(a) Reconhecimento de receitas de contribuição

As receitas são reconhecidas no momento em que ocorre efetivo recebimento dos recursos.

(b) Reconhecimento de receitas e despesas de trabalhos voluntários

Os serviços prestados pela mantenedora, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros” – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um

desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recuso financeiro. Tais valores foram contabilizados como receita e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do déficit/superávit do exercício e do patrimônio líquido.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros moratórios, IOF e despesas bancárias.

A receita de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	2016
CAIXA E BANCOS	
No país	1
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
No país	567.464
	567.465

Em 2016 os montantes disponíveis em banco foram aplicados em contas bancárias remuneradas, com liquidez diária pactuadas com instituições financeiras nacionais. Valor vinculado a conta corrente com remuneração atrelada à taxa da Selic, variando entre 10% e 100%, conforme período de manutenção dos valores investidos. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

Deste montante, R\$ 240.000 foram reservados em 2016 para execução de projetos de natureza compensatória e de medidas compensatórias, tendo a referida reserva finalizado o ano com o saldo de R\$ 228.338, já considerando a atualização pelo IPCA conforme TTAC. Está depositado

em conta bancária segregada o valor de R\$ 51.895 destinado exclusivamente “a ações ligadas à elaboração de planos básicos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais” (redação TTAC), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (CIF). Tais montantes serão aplicados tão logo o CIF aprecie os projetos apresentados pelos municípios interessados.

4. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2016
IRRF s/aplicação financeira	(a)	580
INSS sobre folha a recuperar	(b)	273
		853

Dado a condição de imunidade, a Fundação busca a recuperação dos tributos retidos por outras entidades ou recolhidos indevidamente.

(a) Imposto de renda retido na fonte - pelos bancos onde a Fundação possui aplicações financeiras – sobre os rendimentos auferidos

em 2016.

(b) Refere-se a parcela patronal do INSS relativa aos meses de agosto a novembro, período em que a Fundação estava avaliando o seu enquadramento tributário. No entendimento da Entidade estes valores foram recolhidos indevidamente e poderão ser recuperadas nos termos do artigo 2o, I, § 1o da IN RFB 1.300/2012.

5. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO DESTINADOS PARA DOAÇÃO

Em 2016 a Fundação iniciou os investimentos que compõe o Programa de Reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto no TTAC. Estes dispêndios estão classificados no ativo de longo prazo, considerando que a conclusão do projeto esta prevista para o ano 2019, ano em que os imóveis contruídos nas novas Vilas serão entregues aos respectivos proprietários.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados abaixo:

		2016
Terrenos	(a)	4.134
Projetos de Engenharia	(b)	888
		5.022

(a) Refere-se à aquisição de terras para construção da Vila que esta sendo chamada

de Novo Bento Rodrigues.

(b) Dispêndios relacionados aos projetos conceituais e detalhados para construção das vilas do Programa 08.

6. IMOBILIZADO

A Entidade iniciou suas atividades em agosto de 2016 tendo suas instalações em imóvel alugado, sendo necessário a execução de reformas no imóvel da sede localizado em Belo Horizonte. Estes investimentos estão classificados em imobilizado em andamento.

	2016
Benfeitorias em Bens de Terceiros	38
	38

Adicionalmente a Entidade recebeu em comodato, das suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas. Estes itens são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação. Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação em devolver estes itens as mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme abaixo:

BENS EM COMODATO	2016
Processamento de Dados	7
Móveis e Utensílios	196
Sub Total	203
BENS EM COMODATO A DEVOLVER	
Processamento de Dados	(7)
Móveis e Utensílios	(196)
Sub Total	(203)

7. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores é composto basicamente por valores a pagar a prestadores de serviços, que em 31 de dezembro de 2016 representam a composição demonstrada abaixo:

	2016
Mercado interno	47.569
Mercado externo	177
	47.746

8. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2016
Salários a pagar	(a)	373
Provisão de férias	(b)	128
FGTS a pagar	(c)	52
INSS de empregados a recolher	(d)	15
Outros	(e)	40
		608

(a) Os salários são pagos até o 5o dia útil do mês subsequente, sendo realizado um adiantamento quinzenal de 40% do valor bruto.

(b) A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado considerando as determinações legais.

(c) Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.

(d) Refere-se a contribuição do empregado para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

(e) É composto principalmente por valores a pagar, referente ao seguro de vida em grupo dos empregados da Entidade.

9. TRIBUTOS A RECOLHER

Em sua totalidade a rubrica é composta por tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços. Os saldos destes tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

		2016
ISS retidos de fornecedores a recolher		1.625
INSS retidos de fornecedores a recolher		1.083
IRRF retidos de fornecedores a recolher		572
Tributos federais retidos	(a)	559
		3.839

(a) Refere-se a valores de retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em 3 ações judiciais, oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões cíveis. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisões para as contingências uma vez que considerou todas as ações com probabilidade de perda possível.

Os valores destas ações estão apresentados pelo valor da causa atualizado, ou seja, aqueles atribuídos pelos respectivos autores.

Contingências possíveis:

DESCRIÇÃO

Processo no 0034197-49.2016.8.13.0400 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público em face da Samarco Mineração, Vale S.A. BHB e Fundação Renova, em que teve concedida a antecipação da tutela em 12.09.2016, que restou determinado a suspensão dos negócios jurídicos que tiveram objeto a compra e venda de animais dos atingidos, obrigando as requeridas de se absterem a realizar novos negócios, da mesma natureza, com os atingidos, até nova decisão judicial.

POSIÇÃO

Em 27/10/2016, considerando o requerimento do MPMG de f. 485, foi cancelada a audiência anteriormente designada e suspendeu o feito pelo prazo de 120 dias.

2016: 511

DESCRIÇÃO

Processo no 5007288-91.2016.8.13.0105 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público em face da Fundação

Renova em que o autor (i) declaração de nulidade de algumas passagens e cláusulas do Termo de Quitação utilizado no âmbito do Programa de indenização mediada; (ii) que o Programa de indenização mediada prossiga desde que seja pago o valor mínimo de R\$ 1.000,00, por adulto, e de R\$ 1.100,00, por vulneráveis, sem prejuízo do ajuizamento de novas ações pelos atingidos ou do prosseguimento das já propostas, para discutir danos e impactos negativos que superem o referido valor, assegurado o abatimento do montante porventura pago e (iii) impor multa cominatória de no mínimo R\$ 20.000,00, por cada negócio jurídico que firmar em descumprimento ou reiteração de descumprimento das ordens acima requeridas, além de R\$ 300.000.000,00, em caso de interrupção das indenizações nos valores mínimos acima mencionados.

POSIÇÃO

Em 06/12/2016, processo foi suspenso em razão do efeito suspensivo concedido no Agravo de Instrumento no 0905717.72.2016.8.13.0000, que será julgado em 20/04/2017.

2016: 303.210

DESCRIÇÃO

Processo no 0038496-04.2016.8.08.0014 - Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada

pelo Ministério Público do Espírito Santo em face da Fundação Renova requerendo: (i) declarar nulas algumas passagens e cláusulas do Termo de Quitação utilizado no âmbito do PIM em Colatina, (ii) que o PIM prossiga desde que seja pago o valor mínimo de R\$ 1.000,00, por adulto, e de R\$ 1.100,00, por vulneráveis, sem prejuízo do ajuizamento de novas ações pelos atingidos ou do prosseguimento das já propostas, para discutir danos e impactos negativos que superem o referido valor, assegurado o abatimento do montante porventura pago e (iii) impor multa cominatória de no mínimo R\$ 20.000,00, por cada negócio jurídico que firmar em descumprimento ou reiteração de descumprimento das ordens acima requeridas, além de R\$ 300.000.000,00, em caso de interrupção das indenizações nos valores mínimos acima mencionados.

POSIÇÃO

Em 01/12/2016, foi negada a antecipação de tutela pleiteada pelo MPES, e foi aberta fase instrutória para as partes.

2016: 303.210

Total: 606.931

11. PROVISÕES DIVERSAS

A entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas

atividades. Em 31 de dezembro de 2016 alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, de serviços já prestados. Desta forma a administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu provisão visando atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais serviços encontra-se abaixo:

			2016
Obras civis	(a)		8.082
Locação de equipamentos de apoio	(b)		5.086
Consultoria jurídica	(c)		2.875
Serviços de compensação ambiental e florestal	(d)		807
Diálogo com as comunidades	(e)		703
Consultoria e estudos diversos	(f)		600
Outros	(g)		1.836
			19.989

(a) Obras civis: serviços de construção e manutenção de cercas nas propriedades e estradas, reconstrução das propriedades e infraestrutura da região de Barra Longa, pavimentação asfáltica e bioengenharia para recuperação ambiental.

(b) Locação de equipamentos de apoio: contratos de locação de máquinas e equipamentos para limpeza de propriedades rurais e reparação e conservação de Barra Longa.

(c) Consultoria jurídica: serviços de consultoria para a atuação junto ao Comitê Interfederativo (CIF) e ao Programa de Indenização (PIM).

(d) Serviços de recuperação ambiental e florestal: serviços de plantio de culturas agrícolas, pomares, hortas e formação de pastagem nas propriedades entre os municípios de Mariana a Santa Cruz do Escalvado-MG.

(e) Diálogo com as comunidades: serviços de atendimento ao público nos escritórios dos centros de negociação do PIM.

(f) Consultoria e estudos diversos: serviços de consultoria no diagnóstico e proposição de melhorias nos processos de acompanhamento de contratos de serviços associados a execução de projetos.

(g) Outros: Outras despesas de valores menores relativas a serviços de comunicação, identificação de áreas para irrigação, limpeza de propriedades rurais, assistência aos animais e seguro D&O.

12. OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas as despesas finalísticas com os programas socioambientais e socioeconômicas, conforme definido no TTAC.

A composição do saldo de obrigações

socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

	2016
Programas reparatórios	219.436
Programas compensatórios	228.300
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	51.825
	499.561

As obrigações acima referem-se a gastos com projetos a serem executados no prazo de até 12 meses.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

A Escritura Pública de Instituição da Fundação descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova (Nota 1) corresponderá a soma das parcelas da dotação em dinheiro até o ano de 2018, bem como as parcelas posteriormente indicadas pelo Conselho Curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2019.

Conforme definido no TTAC, a Samarco e suas acionistas, Vale e BHP, proveram e proverão recursos para a Fundação com contribuições, conforme abaixo:

- R\$2.089.682 em 2016, sendo que destes o

montante de R\$1.112.195 foram aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$283.537 foram retidos pela Ação Civil Pública - ACP na cidade de Mariana e R\$693.950 através de depósitos na Fundação.

- R\$1.200.000 em 2017.
- R\$1.200.000 em 2018.

De 2019 a 2021, as contribuições anuais à Fundação serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, conforme TTAC, os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$800.000 a R\$1.600.000. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período. A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informados para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. As parcelas da dotação efetuadas pelas mantenedoras são reconhecidas,

inicialmente, no Patrimônio Líquido e transferidas para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas no passivo, uma vez que toda dotação recebida das mantenedoras, no contexto do TTAC, são destinados exclusivamente as despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais. A medida que a Fundação utilizar os recursos aportados pelas mantenedoras com os referidos gastos, os mesmos serão realizados como receitas para contrapor as despesas com os programas

14. RECEITAS

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como por serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2016 estão demonstrados abaixo:

		2016
Receita operacional - aporte	(a)	194.389
Receitas de contribuições	(b)	4.928
Receitas de Serviços Voluntário - Cedidos	(c)	19.679
Receitas de Serviços Voluntários - Compartilhados	(d)	8.098
Receitas de Serviços Voluntários - Conselheiros	(e)	216
		227.310

(a) Aporte recebido das mantenedoras e aplicado nos respectivos programas no decorrer do ano de 2016.

(b) Valores recebidos da mantenedora principal, Samarco, para custear as despesas administrativas da Fundação.

(c) Diversos empregados (469 profissionais – não auditado) das mantenedoras, Samarco e Vale, se dedicaram integralmente as atividades da Fundação ao longo de 2016. Estes empregados foram cedidos pelas mantenedoras, tendo em vista que a Fundação encontra-se em processo de estruturação e os programas de sua responsabilidade, iniciados pela Samarco, não poderiam ser descontinuados. As mantenedoras cederam seus empregados, mas não cobram por estes serviços. Os montantes de 2016 representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora.

(d) Parte dos serviços administrativos necessários para o funcionamento da Fundação, são executados pela mantenedora principal, Samarco, de forma gratuita, ou seja, estes serviços não são pagos pela Fundação. Tais serviços são compostos essencialmente por funções meramente administrativas, principalmente: financeiro, tecnologia da informação, compras, departamento de pessoal, entre outros.

Os montantes foram escriturados considerando os valores de custo com a

prestação de tais serviços apurados pela mantenedora, que por sua vez controla todos os dispêndios realizados para execução dos mesmos.

(e) Referem-se as horas doadas pelos Conselheiros que compõe o Conselho Curador da Fundação, que prestam serviços de forma voluntária. O valor destes serviços foi calculado considerando as horas dedicadas (1.194 horas em 2016 – não auditado) pelos 7 Conselheiros ao longo dos meses de agosto a dezembro, multiplicado pela taxa horária de cada um (R\$ 181,35 em média – não auditado). Os demais Conselhos não realizaram reuniões no ano de 2016.

15. DESPESAS OPERACIONAIS COM PROGRAMAS

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no TTAC. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, no exercício de 2016:

		2016
Programas socioambientais – Reparação	(a)	60.161
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	125.210
Programas socioambientais – Compensação	(b)	2.057
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	6.961
		194.389

(a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2016
Recuperação da área Ambiental 1	32.040
Conservação da Biodiversidade aquática	462
Sistemas de abastecimento de água	2.881
Gestão de riscos ambientais	49
Investigação monitoramento da água	18.669
Gerenciamento dos programas	6.060
	60.161
PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2016
Medidas Mitigatórias Emergenciais	10.727
Levantamento cadastro dos impactados	7.109
Ressarcimento Indenização Impactados	6.447
Proteção dos povos indígenas	4.599
Programa de proteção social	300
Comunicação e diálogo	4.453
Assistência aos animais	1.496
Reconstrução de Bento, Paracatu e Gesteira	1.219
Recuperação de infraestrutura impactada	12.425
Recuperação de escolas	11
Preservação da memória histórica	5.463
Apoio ao turismo, cultura e esporte	1.327
Saúde física e mental dos impactados	4.931
Retomada da atividade agropecuária	2.480
Recuperação de micro e pequenos negócios	59
Auxílio financeiro dos impactados	61.725
Ressarcimento de despesas extraordinárias	439
	125.210

(b) Programas - Compensação

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2016
Recuperação de APP e Controle de Erosão	1.300
Sistemas de abastecimento de água	14
sistema de dedução ambiental	115
Preparação de emergência ambiental	433
Comunicação nacional e internacional	195
	2.057
PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2016
Ressarcimento de indenização aos impactados	6.961
	6.961

16. DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo. Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação, não estando ligadas diretamente a execução dos programas. Incluem-se nestas as despesas reconhecidas referente aos serviços voluntários recebidos pela Entidade.

	Nota	2016
Consultoria jurídica		3.096
Pessoal próprio		1.820
Seguro		351
Serviços contratados		320
Viagens		178
Outros gastos		68
Serviço voluntário empregados cedidos	14.b	19.679
Serviço voluntário compartilhado	14.c	8.098
Serviço voluntário conselheiros	14.d	216
		33.826

17. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

RECEITA FINANCEIRA	2016
Rendimentos com aplicações financeiras	2.585
	2.585
DESPESAS FINANCEIRAS	2016
Tarifas bancárias	(1)
IOF – imposto sobre operações financeiras	(5)
	(6)

18. PARTES RELACIONADAS

Em 2016 as mantenedoras realizaram contribuições conforme detalhado abaixo. Estas contribuições não constituem passivos da Fundação para com os mesmos.

	2016
Samarco Mineração S.A.	221.390
Vale S.A.	238.744
BHP Brasil Ltda.	238.744
	698.878

19. COMPROMISSOS (COMMITMENTS)

A Fundação possui contratos de longo prazo de serviços, conforme mostra a tabela a seguir:

SERVIÇOS CONTRATADOS	
Até 1 ano	673.002
De 1 a 2 anos	6.298
De 2 a 3 anos	3.002
De 3 a 5 anos	1.904
Total 2016	684.206

20. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar parcialmente os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Fundação contrata algumas modalidades de apólices de seguro em linha com as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras fundações na mesma linha de atuação da Fundação.

As coberturas dessas apólices incluem: seguro de vida e de acidentes pessoais de empregados, seguro de responsabilidade civil entre outros.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

CONSELHO CURADOR

#	Entidade		Nome
1	BHP Brasil Ltda.	Titular	Ian Burton Wood
2	BHP Brasil Ltda.	Titular	Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão
3	BHP Brasil Ltda.	Suplente	Sergio Consoli Fernandes
4	BHP Brasil Ltda.	Suplente	Luís Fernando Madella Athayde
5	Vale S.A.	Titular	Wilson Márcio Depes
6	Vale S.A.	Titular	Luiz Soresini
7	Vale S.A.	Suplente	Eustaquio Coelho Lott
8	Vale S.A.	Suplente	Ricardo Eugênio Jorge Saad
9	Samarco Mineração S.A.	Titular	Celso Castilho De Souza
10	Samarco Mineração S.A.	Titular	Wilson Nélio Brumer
11	Samarco Mineração S.A.	Suplente	Jose Carlos Gomes Soares
12	Samarco Mineração S.A.	Suplente	Rafael Tiago Juk Benke
13	Comitê Interfederativo	Titular	Fábio José Feldmann
14	Comitê Interfederativo		Não indicado até a presente data

CONSELHO FISCAL

#	Entidade	Nome
1	Fundação Renova	Carlos Henrique Ribeiro
2	BHP Brasil Ltda.	Edgar Augusto Alfonso Vargas
3	Vale S.A.	Murilo Müller
4	Samarco Mineração S.A.	Luís Eduardo Fischman
5	União	Não indicado até a presente data
6	Estado de MG	Rafael Amorim
7	Estado do ES	Rodrigo Lubiana Zanotti

CONSELHO CONSULTIVO

#	Entidade	Nome
1	CBH Rio Doce	Senisi de Almeida Rocha
2	CBH Rio Doce	João Lages Neto
3	CBH Rio Doce	José Geraldo Rivelli Magalhães
4	CBH Rio Doce	Hernani Ciro Santana
5	CBH Rio Doce	Carlos Alberto Sangália
6	Comitê Interministerial para Recursos do Mar	Não indicado até a presente data
7	Comitê Interministerial para Recursos do Mar	Não indicado até a presente data
8	Especialista (indicação MPF)	Não indicado até a presente data
9	Especialista (indicação MP MG e ES)	Alceu Torres Marques
10	Especialista (indicação Conselho Curador)	Cláudio Bruzzi Boechat
11	Especialista (indicação Conselho Curador)	Não indicado até a presente data
12	Especialista (indicação CIF)	Igor Rodrigues de Assis
13	Comunidade (MG - indicação CIF)	Não indicado até a presente data
14	Comunidade (MG - indicação CIF)	Não indicado até a presente data
15	Comunidade (MG - indicação CIF)	Não indicado até a presente data
16	Comunidade (ES - indicação CIF)	Andrea Aparecida Ferreira Anchieta
17	Comunidade (ES - indicação CIF)	Élcio José Souza de Oliveira

MEMBROS DO CIF

Representação	Órgão	Titular	Suplente
MMA	Ibama	Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo	Ana Alice Biedzicki de Marques
	ANA	Vicente Andreu	Gisela Damm Forattini
Governo Federal	Casa Civil	-	Isabele Villwock Bachtold
	Segov	João Mendes da Rocha Neto	Luciano de Oliveira Gonçalves
Governo MG	Semad/MG	Germano Luiz Gomes Vieira	Zuleika Stela Chiacchio Torquette
	Secir/MG	Izabel Cristina Chiodi de Freitas	Wesley Cantelmo
Governo ES	Sedurb/ES	João Carlos Coser	Marinely Santos Magalhães
	Seama/ES	Aladim Fernando Cerqueira	Andreia Pereira Carvalho
Representação Municípios MG	Prefeitura	Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Pref. Mariana	André Luiz Coelho Merlo - Pref. Governador Valadares
		Silvério Joaquim Aparecido da Luz - Pref. Rio Doce	Wellington Moreira de Oliveira - Pref. Caratinga
		Guerino Luiz Zanon - Pref. de Linhares	José Barros Neto (Neto Barros) - Pref. Baixo Guandu
Representação Municípios ES	Prefeitura	Guerino Luiz Zanon - Pref. de Linhares	José Barros Neto (Neto Barros) - Pref. Baixo Guandu
CBH-Doce	CBH-Doce	Leonardo Deptulski	Carlos Eduardo Silva